

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO IL.PPSA.003/2023****Credenciamento de Escritórios de Advocacia para a PPSA**

(Atualizado em: **07/07/2023** – Esclarecimento nº 01, Perguntas e Respostas de 01 até 02)

**ESCLARECIMENTO Nº 01**

**Pergunta nº 01:** Na página 9/24, item 8.1 - Obs. do edital consta: “Obs.: somente será credenciada a sociedade de advogados com experiência comprovada, de forma satisfatória, em pelo menos 10 (dez) das 13 (treze) áreas de atuação elencadas no Edital, sendo que 02 (duas) destas são as áreas de Atuação 1: Direito do Petróleo e Gás Natural e 2: Direito Administrativo, além da comprovação de feitos, por meio de certidões, nos termos do item 8 do TR, Anexo I deste Edital.”, bem como nas páginas 17/34 a 20/34 são citados os temas e assuntos relevantes para a contratação em relação a cada uma das 13 (treze) áreas, sendo que, exceto a área 1. – Direito do Petróleo e Gás Natural, as demais áreas (2 a 13) não é mencionado especificamente para serviços a serem executados em relação a petróleo e gás, portanto, questionamos: Com tal análise e em atendimento a experiência solicitada de atestado(s) no item “8.1) 1)” tais atestados a serem apresentados poderão ser de pessoas jurídicas de direito público ou privado, independentemente do seu ramo de negócio – está correto nosso entendimento?

**Resposta nº 01:** [Sim, o entendimento está correto.](#)

**Pergunta nº 02:** Na página 23/34 no item II) Infraestrutura – é solicitado que o escritório deva estar localizado no Rio de Janeiro e na página 25/34 -item 5) cita a ordem de preferência para a escolha do escritório “(iii) possuir filial na base territorial da demandada”, questionamos: temos um escritório de advocacia no Rio de Janeiro, com a mesma denominação social e com os mesmos sócios majoritários da Felsberg e Pedretti Advogados e Consultores Legais em São Paulo, mas com CNPJ distintos, sempre que participamos de credenciamento e/ou licitações de um modo geral, apresentamos como escritório de apoio, tal escritório de apoio na cidade do Rio de Janeiro atenderia ao pleiteado nos itens citados no edital?

**Resposta nº 02:** [O subitem \(iii\), do número 5 dos Critérios de Distribuição de Trabalho, previstos no Termo de Referência, na página 25 do Edital, menciona “\(iii\) possuir filial na base territorial da demandada” e não “\(iii\) possuir filial na base territorial da demandada”. Os critérios listados no Termo de Referência explicam como será feita a distribuição das demandas aos escritórios quando já credenciados e com contrato devidamente assinado contrato com a PPSA.](#)

[Por outro lado, abordando o que entendemos ser o cerne do questionamento, o requisito que estabelece a necessidade de que o escritório possua base na cidade do Rio de Janeiro será avaliado no curso do processo de Credenciamento quando da análise dos documentos de habilitação e qualificação, conforme previsto no Edital, sendo certo que não é impeditiva a atuação também em outros estados do país.](#)

De todo modo ressaltamos que, caso credenciado, eventual faturamento de serviços deverá ser realizado via filial (e CNPJ) do Rio de Janeiro. Nesse contexto, ressaltamos, ainda, o item 6.5 e 6.6 do Edital:

*“6.5. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome da Proponente e, preferencialmente, com o número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (“CNPJ”) e o respectivo endereço.*

*6.6. Se a Proponente for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a Proponente for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.”*